



As divergências na interpretação da concepção fregeana de *Bedeutung*

*Divergences in the interpretation of the Fregean conception of *Bedeutung**

 10.21680/1983-2109.2022v29n59ID27907

Kariel Antonio Giarolo

Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

 0000-0002-4715-8636

karielgiarolo@gmail.com

Resumo: O conceito de *Bedeutung* é central na filosofia de Frege, entretanto existe uma grande divergência na literatura sobre sua adequada interpretação. Michel Dummett, Hans Sluga, Wolfgang Carl, Tyler Burge, Ernst Tugendhat e outros comentadores de Frege irão apresentar discordantes interpretações acerca de *Bedeutung*, as quais se comprometem com aspectos gerais das perspectivas lógico/filosóficas fregeanas. Com base nisso, o objetivo principal do presente artigo é reconstruir a discussão relacionada a interpretação e tradução do conceito fregeano de *Bedeutung*, visando mostrar que a tradicional caracterização de *Bedeutung* como *referência* traz uma série de problemas exegéticos. Por um lado, *Bedeutung*, entendida enquanto *referência*, implica que sentenças devam ser compreendidas como tipos especiais de nomes próprios, porém, tal interpretação parece ser incompatível com o chamado *princípio de contexto* fregeano. Por outro lado, interpretações revisionistas, por sua vez, contravém o suposto realismo de Frege, além de não serem compatíveis com a apresentação encontrada em *Über Sinn und Bedeutung*. Desse modo, abordarei as divergências na literatura, explicitando os principais problemas que impossibilitam uma caracterização uniforme de *Bedeutung* e as consequências oriundas de cada interpretação.

Palavras-chave: *Bedeutung*; Frege; Referência; Sentido; Significância

Abstract: The concept of *Bedeutung* is a central concept in Frege's philosophy, however there is a huge divergence in the literature about its adequate interpretation. Michael Dummett, Hans Sluga, Wolfgang Carl, Tyler Burge, Ernst Tugendhat, and others Frege's commentators will present discordant interpretations of *Bedeutung*, which are committed to general aspects of Frege's logical/philosophical perspectives. Based on this, the main goal of this paper is to reconstruct the discussions associated to the interpretation and translation of the Fregean concept of *Bedeutung*, aiming to show that the traditional characterization of *Bedeutung* as reference brings a series of exegetical problems. On the one hand, *Bedeutung*, understood as reference, implies that sentences must be understood as a special kind of proper name, however, such an interpretation seems to be incompatible with the so-called *Fregean context principle*. On the other hand, revisionista interpretations, in turn, contradict Frege's supposed realism, besides not being compatible with

the presentation found in *Über Sinn und Bedeutung*. In this way, I will discuss the divergences in literature, explaining the main problems that prevent a uniform characterization of *Bedeutung* and the consequences arising from each interpretation.

Keywords: *Bedeutung*; Frege; Reference, Meaning; Significance

INTRODUÇÃO

Frege efetuou uma distinção que possivelmente tenha sido uma de suas mais importantes contribuições para o desenvolvimento posterior de toda filosofia da linguagem, a saber, a distinção entre *Sinn* e *Bedeutung*. O conceito de *Sinn* não traz consigo complicações em sua interpretação, tanto que é traduzido como *sentido* ou *sense* e é tomado como o conteúdo objetivo de uma expressão ou sentença. Contudo, a respeito do conceito de *Bedeutung*, a situação é significativamente mais complexa. Ele é um conceito extremamente fundamental para a compreensão da filosofia fregeana, mas, ao mesmo tempo, de difícil interpretação e até mesmo de tradução. *Bedeutung* faz parte de um grupo de conceitos da história da filosofia que geram controvérsias. No alemão, esse termo pode significar *sentido, significado, relevância, importância*, mas não *referência*.

Em artigos como *Funktion und Begriff* (1891) e, principalmente, em *Über Sinn und Bedeutung* (1892), Frege apresenta sua concepção de *Bedeutung* relacionada aos nomes próprios e às sentenças assertivas completas. No escrito póstumo *Ausführungen über Sinn und Bedeutung*, redigido possivelmente entre 1892 e 1895, Frege discute esta noção também com respeito a termos conceituais, entretanto, na literatura sobre Frege não encontramos total concordância sobre a interpretação desta noção. Por um longo período, optou-se, ao menos nas traduções inglesas, pelos termos *reference*¹ ou *denotation*². Com o passar do tempo, alguns autores optaram por novas traduções, tais como *meaning, significance, semantic role, truth-value potential*, etc. O principal problema vinculado a isto é que nenhuma dessas interpretações é totalmente neutra com respeito à exegese do conceito de *Bedeutung*.

Michael Beaney (1997), em *The Frege Reader*, tradução inglesa de uma série de artigos e fragmentos de textos de Frege, identifica esse problema e defende que uma tradução ideal deveria estar baseada no chamado *princípio de neutralidade exegética*, ou seja, deveria se evitar produzir versões com o intuito de resolver as questões de interpretação. Beaney, inclusive, evita traduzir o termo, optando por mantê-lo no original. O problema é que Frege utiliza o termo *Bedeutung* em pelo

¹ Dummett (1973), Sluga (1973) e (1980), Soames (1998).

² Burge (1986).

menos dois sentidos bem explícitos. Em algumas passagens é possível interpretá-lo como *referência*, como quando ele fala da relação de um nome com seu portador (1997, p. 153). Porém, em outros momentos, podemos interpretar o termo como *importância*, como, por exemplo, quando Frege argumenta que, para os propósitos da ciência, precisamos de *Bedeutung* e que a *Bedeutung* de uma sentença é aquilo que importa juntamente com o pensamento expresso por ela (1997, p. 157).

Posta a questão, procurarei apresentar as principais teses de Frege encontradas, em sua maioria, em *Über Sinn und Bedeutung* para, em seguida, reconstruir as discussões na literatura secundária. Há três interpretações de *Bedeutung* que pretendo focar. Primeiramente, apresentarei a interpretação “clássica”, isto é, *Bedeutung* como *reference* ou *denotation*, que possuem, nesse contexto, praticamente o mesmo significado. Em seguida, discutirei a interpretação de Dummett (1973, 1981), a qual utiliza *reference* nestes dois livros, embora em outras obras tenha optado por *meaning*. O detalhe importante na interpretação de Dummett são as noções de *semantic role* e a ideia de que a relação tida entre um nome e seu portador serve como protótipo para a explicação da relação de referência para os outros tipos de expressões, inclusive sentenças. Por fim, tratarei da interpretação “revisonista” de Tugendhat, que optará por traduzir o termo alemão por *significance*. A proposta de Tugendhat é buscar uma explicação unitária de *Bedeutung* que fosse aplicável aos três tipos de expressões – nomes, sentenças e predicados. Para isso, ele insere um termo técnico, denominado *truth-value potential*.

Com base nisso, minha proposta principal é reconstruir a discussão sobre a interpretação da concepção fregeana de *Bedeutung*, tentando mostrar as dificuldades exegéticas envolvidas na problemática. Além disso, procurei mostrar que uma análise do conceito passa pela identificação do ponto de partida tomado por Frege ao caracterizar os variados tipos de expressões que têm *Bedeutung*. *Bedeutung* inicialmente deve ser atribuída aos nomes próprios ou no contexto das sentenças? A resposta a essa pergunta é, muito provavelmente a chave para uma adequada compreensão da concepção fregeana, apresentada principalmente em *Über Sinn und Bedeutung*.

1. A APRESENTAÇÃO FREGEANA DO CONCEITO DE *BEDEUTUNG*

A distinção fregeana entre *Sinn* e *Bedeutung* aparece pela primeira vez em *Funktion und Begriff* de 1891. Nas obras que antecedem este artigo,

principalmente na *Begriffsschrift*³ de 1879, Frege ainda não tinha em mãos estes dois termos técnicos. Ao invés de *Sinn* e *Bedeutung*, Frege fala em *conteúdo julgável*, aquilo que se julga importante dentro de um processo inferencial (FREGE, 1997 p. 49). Já em *Funktion und Begriff*, temos explicitamente a distinção entre as duas noções. Lemos no texto (2009, p.93):

Temos de distinguir assim sentido de *Bedeutung*. Certamente, “ 2^4 ” e “ $4 \cdot 4$ ” têm a mesma *Bedeutung*, isto é, são nomes próprios do mesmo número, mas não têm o mesmo sentido. Daí terem “ $2^4 = 4^2$ ” e “ $4 \cdot 4 = 4^2$ ” a mesma *Bedeutung*, mas não o mesmo sentido; o que neste caso, significa não conter o mesmo pensamento.

Dito de uma maneira resumida, o conceito de *Bedeutung* surge em *Funktion und Begriff* motivado pelas discussões sobre os enunciados de identidade, onde há a busca pela explicação das diferenças de valor cognitivo entre certas expressões⁴. Neste texto, Frege já defende que nomes próprios, assim como sentenças assertivas completas, possuem *Bedeutung* e que existe uma espécie de conexão funcional entre a *Bedeutung* do todo, ou seja, da sentença e a *Bedeutung* de seus constituintes. Esse é o princípio de substitutividade, que será desenvolvido em *Über Sinn und Bedeutung*⁵.

Em *Über Sinn und Bedeutung*, Frege retoma novamente essa discussão com respeito aos enunciados de igualdade. Frege, inicialmente, tratará da concepção de *Bedeutung* com respeito aos nomes próprios. Na acepção fregeana, a noção de nome próprio (*Eigennamen*) é um sinal ou uma expressão saturada que “se refere” (*bedeutet*) a um objeto determinado. Um nome próprio de modo algum pode designar um conceito e, por isso, não pode tomar o lugar de um predicado. Entre os nomes próprios utilizados por Frege, ele identifica pelo menos nove, os quais nem sempre se confundem com o uso ordinário do termo ‘nome próprio’. Alcoforado (FREGE, 2009, 131) cita os seguintes exemplos de nomes próprios: 1. ‘Aristóteles’; 2. ‘Ulisses’; 3. numerais – como ‘2’; 4. demonstrativos singulares – como ‘este’; 5. denominações de objetos únicos – como ‘Vênus’; 6. descrições definidas – como ‘o discípulo de Platão’, ‘o mestre de Alexandre Magno’; 7. ‘Estrela da Manhã’; 8. ‘quem descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias’; 9. sentenças ou proposições, enquanto expressões saturadas que designam valores

³ É possível falar que em Frege temos duas semânticas. A primeira delas é encontrada na *Begriffsschrift*, a segunda a partir da publicação de *Funktion und Begriff*.

⁴ Essa ideia é endossada por Sluga (1975).

⁵ Em *Funktion und Begriff* a *Bedeutung* de uma sentença é concebida como o valor que uma função ganha quando completada por um objeto.

de verdade⁶. Para não confundir as coisas, por enquanto tratarei, metodologicamente, as sentenças ou proposições separadamente.

A primeira vez que Frege fala em *Bedeutung*, em *Über Sinn und Bedeutung*, é no trecho que segue (1997, p. 152-153):

É, pois, plausível que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letras), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua *Bedeutung*, ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto. A *Bedeutung* de “estrela da tarde” e “estrela da manhã” é a mesma, mas não o seu sentido.

[...] por “sinal” e por “nome”, entendo qualquer designação que desempenhe o papel de um nome próprio, cuja *Bedeutung* seja um objeto determinado (esta palavra tomada na acepção a mais ampla), mas não um conceito ou uma relação [...]

Esse fragmento deixa claro a abrangência que a noção de nome próprio tem em Frege e a necessidade de que sua *Bedeutung* não seja confundida com um conceito ou com uma relação. A *Bedeutung* de um nome próprio é um único objeto, mesmo que ao nome possa estar associada uma série de modos de apresentação. Nomes próprios, como ‘o último filho de Leopold Mozart’, ‘o autor de *A Flauta Mágica*’ ou ‘Wolfgang Amadeus Mozart’ “*bedeuten*” o mesmo objeto, a saber, o compositor alemão Wolfgang Amadeus Mozart. Tais nomes contêm, evidentemente, modos de apresentação diferentes, fazem contribuições informativas diferentes sobre a *Bedeutung*, mas esta permanece inalterada.

Todavia, existem casos nos quais nomes próprios, mesmo tendo sentido, não designam nada. É possível citar alguns exemplos muito interessantes onde temos um sentido, mas não temos *Bedeutung*. O primeiro caso ocorre em nomes próprios que são utilizados na própria ciência. Frege dá dois exemplos, um tirado da astronomia e outro baseado em um teorema da Análise, mas poderíamos pensar em vários outros. ‘O corpo celeste mais distante da Terra’, primeiro exemplo de Frege, tem um sentido, podemos apreendê-lo, mas é muito duvidoso que tenha uma *Bedeutung*. O mesmo acontece com o outro exemplo dado, ‘a série que converge menos rapidamente’. Mas, diferentemente do primeiro exemplo, é provado matematicamente que tal nome não tem uma *Bedeutung*, pois, “... para cada série convergente dada, uma outra série que converge menos rapidamente pode sempre ser encontrada” (FREGE, 1997, p. 153).

O segundo caso no qual temos um sentido, mas não *Bedeutung*, diz respeito a nomes próprios que pertencem à ficção ou à poesia, como Frege fala em vários momentos. Nomes como ‘Ulisses’, ‘o herói da Odisséia de Homero’, ‘Sherlock

⁶ Percebe-se aqui que Frege faz uma assimilação entre sentenças e nomes próprios. Isso será muito importante para Dummett (1973, 1981), como se verá mais adiante.

Holmes’, ‘o amigo do Dr. Watson’ ou ‘Saci-Pererê’ também possuem um sentido, assim como os exemplos dados anteriormente, mas não possuem *Bedeutung*. Tais nomes são, na verdade, ‘nomes próprios aparentes’ ou ‘pseudo nomes próprios’. “Nomes que falham ao cumprir o papel usual de um nome próprio, que é nomear alguma coisa, podem ser chamados nomes próprios falsos” (FREGE, 1979, p. 130). Eles parecem desempenhar a função de um nome com *Bedeutung*, mas, em realidade, apenas tem um caráter estético e não científico. Os personagens que aparecem nas obras de arte não são cientificamente interessantes, no sentido em que Frege deseja construir uma ciência, mesmo que causem encanto estético.

Outra tese importante de Frege com respeito à *Bedeutung* dos nomes próprios está associada à circunstância em que usamos as palavras não da maneira costumeira, mas indiretamente, ou seja, quando fazemos uso do discurso indireto. Frege diz em *Über Sinn und Bedeutung* (1997, p. 153-154)

Se as palavras são usadas de modo costumeiro, o que se pretende é falar de sua *Bedeutung*. Mas pode acontecer que se deseje falar das próprias palavras ou de seu sentido. O primeiro caso se dá quando as palavras de outrem são citadas em discurso direto. Nesse caso, as palavras de quem cita “*bedeuten*”, imediatamente, às palavras de quem é citado, e somente estas últimas têm sua *Bedeutung* costumeira.

Um exemplo simples do uso do discurso indireto ocorre quando dizemos algo como: ‘Goethe disse “Escrever é um ócio muito trabalhoso”’. Neste caso, as palavras entre aspas não devem ser tomadas nem com o sentido e nem com a *Bedeutung* costumeiros (*gewöhnliche Bedeutung*). A *Bedeutung* passa a ser o sentido costumeiro das palavras entre aspas. As palavras no discurso indireto têm uma *Bedeutung* indireta (*ungerade Bedeutung*). A grande motivação de Frege para fazer a distinção entre *Bedeutung* costumeira e indireta é para não ter problemas com o princípio de substitutividade com respeito a expressões com a mesma *Bedeutung*.

Tal princípio de substitutividade, o qual Frege toma de Leibniz⁷, tem lugar importante na discussão sobre a *Bedeutung* das sentenças. Da mesma maneira que os nomes possuem um sentido e uma *Bedeutung*, as sentenças assertivas completas, as quais, segundo Frege, expressam um pensamento, também os possuem. A primeira questão que surge é se o pensamento é o sentido ou a *Bedeutung* das sentenças. Para solucionar isso, Frege apela para o princípio de substitutividade. Imagina-se um caso em que temos dois nomes cuja *Bedeutung* seja a mesma. “Se substituirmos uma palavra da sentença por outra palavra que

⁷ O princípio de Leibniz citado por Frege em *Über Sinn und Bedeutung* é o seguinte: “*Eadem sunt, quae sibi mutuo substitui possunt, salva veritate*”. Isso poderia ser traduzido por algo como “São iguais os que se podem substituir mutuamente, preservando a verdade”.

tenha a mesma *Bedeutung*, mas sentido diferente, esta substituição não poderá ter nenhuma influência sobre a *Bedeutung* da sentença” (FREGE, 1997, p. 156). Se na sentença ‘O discípulo de Platão foi mestre de Alexandre Magno’ substituirmos ‘O discípulo de Platão’ por outro nome próprio, cuja *Bedeutung* seja a mesma, como, por exemplo, ‘o autor da *Ética a Nicomaco*’, teremos uma nova sentença, que expressará um novo pensamento, mas a segunda sentença será verdadeira assim como a primeira. ‘O autor da *Ética a Nicomaco* foi discípulo de Platão’, entretanto, não tem o mesmo sentido da sentença anterior. Aquele que desconhece que ‘o discípulo de Platão’ e ‘o autor da *Ética a Nicomaco*’ são a mesma pessoa ou tem a mesma *Bedeutung* poderia tomar um pensamento como verdadeiro e outro como falso. Assim, Frege conclui que a *Bedeutung* de uma sentença não pode ser o pensamento expresso por ela. Mas qual seria, então, a *Bedeutung* de uma sentença assertiva completa? E qual a importância em se buscar uma *Bedeutung* para a sentença?

A resposta de Frege à primeira pergunta causou e ainda causa desconforto em vários autores da tradição e comentadores da obra fregeana. Frege afirma algo que já havia feito em *Funktion und Begriff*, que a *Bedeutung* de uma sentença assertiva é um valor de verdade. Poderíamos, segundo Frege (1997, p. 157), ficar apenas com o sentido de uma sentença, caso não quiséssemos ir além do pensamento. A busca pela *Bedeutung* de uma sentença está associada a uma atitude científica. Ao fazer ciência estamos preocupados com o valor de verdade de nossas sentenças, não apenas com o conteúdo expresso por elas. Por isso é importante que os termos, os nomes próprios que constituem a sentença, tenham uma *Bedeutung*, pois se um constituinte da sentença for um nome próprio aparente, desprovido de *Bedeutung*, a sentença como um todo também será desprovida de *Bedeutung*, ou seja, não terá valor de verdade. No seguinte trecho Frege desenvolve um pouco essa ideia (2009, p. 139):

Somos assim levados a reconhecer o *valor de verdade* de uma sentença como sendo sua *Bedeutung*. Por valor de verdade de uma sentença entendo a circunstância de ela ser verdadeira ou falsa. Não há outros valores de verdade. Por brevidade, chamo a um de o Verdadeiro e a outro de o Falso. Toda sentença assertiva, caso importe a *Bedeutung* de suas palavras, deve ser considerada como um nome próprio; e, sua *Bedeutung*, é ou o Verdadeiro ou o Falso. Estes dois objetos são reconhecidos, pelo menos tacitamente, por todo aquele que julgue, que considere algo como verdadeiro, até mesmo por um cético.

A tese fregeana de que todas as sentenças verdadeiras têm a mesma *Bedeutung* (o Verdadeiro) e todas as sentenças também têm a mesma *Bedeutung* (o Falso) deu origem a muitas discussões na literatura. Até porque o Verdadeiro e o Falso são tomados como dois objetos. Muitos dos problemas de interpretação

que serão discutidos nas próximas seções têm origem nessa passagem de *Über Sinn und Bedeutung*. Frege apresenta uma tese bastante nebulosa e que parece ser contraintuitiva, pois normalmente pensa-se que uma sentença, quando verdadeira, deve estar em alguma espécie de relação com um fato e não com um objeto, como o Verdadeiro. A maneira mais natural de analisar a verdade ou falsidade de uma afirmação ou sentença é por meio de sua conexão com a realidade. Uma sentença verdadeira descreveria um aspecto da realidade, uma sentença falsa não o faria. Uma sentença descreveria objetos, propriedades de objetos, relações, estados de coisas, fatos, entre outras entidades. Por isso, uma posição como a de Frege é um pouco estranha⁸.

A afirmação de que as sentenças verdadeiras têm como *Bedeutung* o Verdadeiro é conhecida na literatura como *slingshot argument* ou argumento da funda. Autores como Church⁹ (1943, apud KRÜGER, 1995), Gödel (1964, apud BURGE 1986, p. 97), Davidson (1969, 1984) e muitos outros tomaram o argumento de Frege de que todas as sentenças verdadeiras têm a mesma *Bedeutung* (e, do mesmo modo, todas as falsas) como base para criticar a teoria da verdade como correspondência. Assim, duas questões surgem: i) Frege antecipou esse argumento? e ii) Frege o utilizou para fazer uma crítica à teoria da verdade como correspondência? A resposta à primeira questão parece ser positiva, mesmo que Frege não tenha formalizado o argumento como outros autores o fizeram posteriormente. Em *Über Sinn und Bedeutung* encontra-se uma apresentação, mesmo que não muito desenvolvida, deste argumento. Contudo, não parece que ele o utilizou para criticar as teorias da correspondência. O contexto em que Frege apresenta o argumento não é o mesmo da crítica. Em *Der Gedanke* (1918), ele sequer cita o presente argumento ao defender que verdade é indefinível.

Dalia Drai (2002) discutirá o *slingshot*, mas especificamente a versão fregeana. Segundo Drai (2002, p. 194), a versão fregeana é de caráter duvidoso e uma de suas afirmações que obtiveram menos sucesso, posto que o tratamento fregeano de sentenças como nomes complexos é bastante problemático. Drai tentará tratar a principal objeção ao argumento dando uma resposta por meio de uma versão aperfeiçoada do mesmo. Para Drai (2002, p. 195) o argumento parte de duas hipóteses fundamentais. Em primeiro lugar, toma que, se substituirmos uma expressão em uma sentença por uma expressão co-referencial, a referência (Drai traduz *Bedeutung* por 'referência') da sentença completa permanecerá a

⁸ Conforme Oswaldo Chateaubriand (2001, p. 47).

⁹ Em Church (1956, p. 27) lemos: "Uma proposição é, então, verdadeira se ela determina ou tem o valor de verdade verdade, falsa se ela tem o valor de verdade falso.

mesma. Em segundo lugar, sentenças logicamente equivalentes são co-referenciais¹⁰. Contudo, essa segunda hipótese sofreu uma série de críticas e, devido a isso, Draí (2002, p. 196) substituirá a noção de equivalência lógica pela de sinonímia. A grande importância ao se tratar essa discussão é que a conclusão de Draí (2002) será que ao se efetuar essa substituição, cria-se a possibilidade de termos fatos como referentes de sentenças ao invés de valores de verdade.

A nova hipótese sustentada por Draí (2002, p. 196) é que expressões sinônimas têm a mesma referência. Na concepção fregeana, sentenças logicamente equivalentes não são necessariamente sinônimas. Draí (2002, p. 196) parte da concepção de sentido apresentada por Frege, utilizando o que ela chama de critério epistêmico. Duas sentenças A e B podem ser logicamente equivalentes, mas não sinônimas. Alguém que compreende as duas sentenças poderia acreditar que uma delas é verdadeira e, ao mesmo tempo, acreditar que a outra é falsa. Sentenças como “A Estrela da Manhã é um corpo iluminado pelo sol” e “A Estrela da Tarde é um corpo iluminado pelo sol” são sentenças logicamente equivalentes, mas possuem um sentido diferente, ou seja, não são sinônimas. Um problema grave da noção de equivalência lógica, segundo Draí (2002, p. 198), é que ela se aplica apenas a sentenças e não a expressões subsentenciais, tais como nomes próprios. Seria possível postular que duas expressões são logicamente equivalentes quando elas têm a mesma referência em todos os mundos possíveis, mas ainda assim isso requer o tratamento de sentenças e expressões subsentenciais similarmente. A noção de equivalência lógica requer que duas sentenças tenham o mesmo valor de verdade em todo mundo possível, mas isso, como visto não é possível.

Equivalência lógica não é um critério bom para sinonímia, pois existem contrastes epistêmicos no sentido. Draí (2002, p. 200) introduzirá uma noção mais estrita chamada de sinonímia epistemológica (*epistemological synonymity*). Duas sentenças A e B são sinônimas quando é impossível para um falante competente, que compreende perfeitamente as duas sentenças, acreditar em uma sem acreditar na outra. “A e B são sinônimos se e somente se elas têm a mesma estrutura e todo constituinte de A é sinônimo a um constituinte correspondente de B” (DRAI, 2002, p. 200). Assim, haveria uma espécie de isomorfismo intencional entre as sentenças A e B. Ao usar esse isomorfismo intencional, de acordo com Draí (2002, p. 203) poderia se definir a referência das sentenças de tal modo que ela irá satisfazer as duas hipóteses do argumento sem ter como consequência que todas as sentenças verdadeiras tenham a mesma referência.

¹⁰ Draí usará a reconstrução de Davidson (1984) do argumento.

Drai (2002) irá defender, por fim, que a partir do uso deste isomorfismo intencional é possível definir a referência de uma sentença como as referências de seus constituintes estruturados a partir da estrutura da sentença. E a estrutura de uma sentença é, por meio deste critério, idêntica a estrutura de todas as sentenças sinônimas a ela. Consequentemente, a referência de uma sentença voltaria a ser uma entidade composta por objetos estruturados por meio do sentido da sentença, uma vez que, Draí (2002) parte do princípio fregeano que o sentido determina a referência. Estas entidades seriam fatos e, portanto, poderia se voltar a pensar em fatos como referentes das sentenças ao invés de valores de verdade.

Embora essa posição seja interessante, em *Über Sinn und Bedeutung* não encontramos isso. Adicionalmente, Frege não aceita fatos como constituintes do reino da *Bedeutung*. Fatos na concepção fregeana não são entidades referidas por pensamentos, mas são eles próprios pensamentos. Assim, uma interpretação como a de Draí (2002) está muito distante dos textos de Frege.

Mas, retomando a apresentação da concepção fregeana de *Bedeutung*, em uma boa parte do artigo *Über Sinn und Bedeutung*, Frege ainda trata do sentido e da *Bedeutung* de sentenças subordinadas. Essas sentenças não vêm muito ao caso na discussão que está aqui em jogo e, por esse motivo, gostaria de apresentar, rapidamente, alguns comentários que Frege faz sobre a *Bedeutung* de termos conceituais, os quais encontramos no escrito póstumo *Ausführungen über Sinn und Bedeutung*.

Nesse escrito póstumo, Frege (1997, p. 173) afirmará que os termos conceituais, se utilizados corretamente em lógica, têm como *Bedeutung* um conceito. Ao tentar elucidar isso, Frege apoia-se em uma lógica extensionalista, a qual defenderá que um termo conceitual poderia ser substituído por outro termo conceitual, com a mesma extensão, sem prejuízo da verdade. Com isso, todo objeto que cair sob um conceito, irá cair sob todos os conceitos com a mesma extensão. Do mesmo modo que com os nomes, aquilo que se alterará será o pensamento expresso pela sentença. O valor de verdade, por sua vez, permanecerá inalterado. Contudo, a extensão do conceito não será a *Bedeutung* dele, visto que as extensões são objetos e não conceitos.

2. A INTERPRETAÇÃO “CLÁSSICA” DE *BEDEUTUNG* – *BEDEUTUNG* COMO REFERÊNCIA OU DENOTAÇÃO

Duas interpretações que poderiam ser chamadas de “interpretações clássicas”¹¹ do conceito *Bedeutung* em Frege, entre as várias que existem, são as de Tyler Burge (1986) e Wolfgang Carl (1994). Embora Burge traduza *Bedeutung* como *denotatio*, e Carl como *reference*, as duas traduções, nesse caso específico, podem ser tomadas como sinônimas¹². Talvez a grande diferença seja o fato de Carl seguir a linha de Sluga (1980) e interpretar Frege por um viés epistemológico. Primeiramente, farei a apresentação de Burge (1986) e, em seguida, de Carl (1994).

Burge (1986, p. 97), diferentemente de muitos outros autores que pensam que a tese fregeana de que sentenças denotam objetos não passaria de uma tese infeliz ou, como afirmou Dummett (1973, p. 196), um absoluto desastre para a sua posterior filosofia da linguagem, defenderá ser preciso tomar seriamente as conclusões fregeanas, visto que elas são chave para sua filosofia da linguagem, matemática e lógica. Para Burge (1986), a tese de que a denotação das sentenças são os objetos o Verdadeiro e o Falso possui motivações profundas, sendo que esta visão de valores de verdade como objetos não é tão estranha assim, mas tem bases mais pragmáticas do que usualmente se pensou.

Nessa tentativa de dar uma motivação segura à visão fregeana dos valores de verdade, Burge (1986, p. 98-99) identifica quatro teses relevantes, que são:

- a) Sentenças (quando não incompletas) têm denotações (*Bedeutungen*).
- b) A denotação de uma sentença é seu valor de verdade.
- c) Sentenças são do mesmo tipo lógico de termos singulares.
- d) A denotação de uma sentença é um objeto.

Os argumentos de Frege para essas teses, frequentemente, segundo Burge (1986, p. 99), pressupõem a sua distinção entre *Sinn* e *Bedeutung*, ou, na sua terminologia, sentido e denotação. E, na maioria das vezes, ainda pressupõe ou fazem uso do princípio de composição (*composition principle*). Para Burge (1986, p. 99), podemos identificar dois princípios de composição em Frege, sendo que o primeiro princípio é fundamental para o pensamento fregeano, enquanto que o segundo aparece ocasionalmente. Os dois princípios de composição citados por Burge são:

¹¹ Chamo estas interpretações de ‘clássicas’, pois elas interpretarão *Bedeutung* como sendo aquilo que é referido ou denotado por um nome. Essas são interpretações estabelecidas na tradição, embora elas sofram várias críticas. A maioria dos autores que discute o conceito de *Bedeutung* em Frege o interpreta como referência.

¹² É evidente que, em vários autores clássicos da filosofia da linguagem, ‘referência’ e ‘denotação’ não são sinônimos.

- (1) A denotação de uma expressão complexa é funcionalmente dependente apenas das denotações de suas expressões componentes logicamente relevantes.
- (2) O sentido de uma expressão complexa é funcionalmente dependente apenas dos sentidos de suas expressões logicamente relevantes.

A partir da postulação dessas teses e dos dois princípios de composição, Burge passa a tratar mais a fundo os argumentos de Frege.

A justificativa da tese (a), de que sentenças têm denotação, se baseia no tratamento de predicados como expressões funcionais. Ao complementarmos uma expressão insaturada com um argumento obtemos uma expressão completa com uma *Bedeutung*. Já, a justificativa da tese (b) funda-se no fato que o sentido de uma sentença, o pensamento expresso por ela, permanece o mesmo, independentemente de que os componentes da sentença tenham ou não denotação. Para o pensamento expresso pela sentença, não importa a denotação de suas partes. Isso, de acordo com Burge (1986), segue-se de (1) e (2). Além disso, segue-se também que o sentido de uma sentença não pode ser concebido como sua denotação. A reconstrução de Burge (1986), da tese (a) ao menos, não foge muito daquela realizada na seção anterior, mas tem alguns detalhes importantes. Segundo Burge (1986, p. 100), Frege não está usando o termo *denotação* com um sentido fixo ao argumentar para (a). Ao invés disso, ele está determinado a dar ao princípio de composição (1) um papel compreensivo em sua teoria lógica e está tentando ajustar o termo *denotação* para o papel em que o princípio possa ser útil em uma teoria lógica sobre sentenças.

O termo *denotação*, além do mais, não possui nenhuma implicação ontológica. *Bedeutung* é uma palavra comum no alemão e não há nenhuma estranheza em falar que sentenças têm uma *Bedeutung*. Contudo, Frege, em *Funktion und Begriffe Über Sinn und Bedeutung*, introduz a noção com respeito, primeiramente, a termos singulares. Segundo Burge (1986, p. 100), os exemplos dados por Frege nesses textos sugerem que nomeação (*naming*) ou referência (*reference*) são a primeira espécie de *Bedeutung*. Aqui, estas relações são consideradas como sendo obtidas entre nomes e seus portadores ou entre um termo complexo singular e o objeto que ele representa.

Burge (1986, p. 101) cita algumas passagens de Frege onde ele apresenta o argumento para justificar que a *Bedeutung* de uma sentença não pode ser o pensamento expresso por ela. Essas passagens foram citadas anteriormente

(3.2.1), exceto uma passagem de uma carta enviada a Bertrand Russell em dezembro de 1902, na qual Frege (1980, p. 152) afirma:

Agora, seria impossível ver porque era de valor para nós saber se uma palavra tem ou não uma *Bedeutung* se a proposição completa não tem uma *Bedeutung* e se esta *Bedeutung* não tinha nenhum valor para nós; pois se ela tem ou não *Bedeutung* isso não afeta o pensamento. Além disso, esta *Bedeutung* irá ser algo que tem valor para nós precisamente quando estamos interessados se as palavras são significativas e, portanto, quando perguntamos sobre verdade. A *Bedeutung* de uma proposição deve ser algo que não muda quando um sinal é substituído por outro com a mesma *Bedeutung*, mas com diferente sentido. Aquilo que não muda no processo é o valor de verdade.

A conclusão clara é que nosso interesse na denotação das partes das sentenças provém de nosso interesse na denotação da sentença completa, ou seja, no seu valor de verdade. Para Burge (1986, p. 101), o argumento de Frege deve ser visto à luz do princípio de composição (1) e do uso pragmático do termo *Bedeutung*. A denotação das sentenças é fundamental na teoria lógica fregeana e esta depende da denotação de suas partes constituintes. Se uma parte da sentença, como um nome, não tem denotação, então a sentença completa na qual este nome está inserido também não terá denotação, mesmo que a sentença expresse um pensamento.

A tese (b), de que a denotação das sentenças é um valor de verdade, evidentemente é um desdobramento da tese fregeana anterior, isto é, pressupõe seu argumento para a tese (a). Contudo, aqui se adentra mais profundamente em sua teoria lógica. Segundo Frege, a lógica tem como finalidade revelar certas normas que governam o pensamento, e a sentença é o correlato linguístico do pensamento. Como ele diz em *Der Gedanke*, “o pensamento, em si mesmo imperceptível pelos sentidos, veste-se com a roupagem perceptível da sentença, tornando-se, assim, para nós mais facilmente apreensível” (FREGE, 1997, 328).

O nosso interesse na denotação dos termos e das expressões funcionais, segundo Burge (1986, p. 102-103), é motivado pelo interesse nas propriedades normativas que regem o pensamento. Essas propriedades normativas são aquelas que as leis lógicas procuram revelar. As sentenças são de importância primária na teoria lógica fregeana e sua propriedade relevante é seu valor de verdade. O conceito de verdade passa a desempenhar um papel fundamental. “Verdade é a norma relevante governando nosso uso e interesse em sentenças e pensamentos.

O ponto da teoria lógica deve ser a análise das leis mais gerais governando esta norma” (BURGE, 1986 p. 104)¹³.

Na visão de Burge (1986), os argumentos de Frege para a defesa das teses (a) e (b) são razoavelmente sólidos. Não obstante, o mesmo não se dá naquilo que compete às teses (c) e (d). As dúvidas e críticas construídas contra a ideia de que sentenças são do mesmo tipo lógico que termos singulares e que a denotação das sentenças é um objeto parecem, segundo Burge (1986, p. 111), serem justificadas. O primeiro autor que atentou para os problemas dessas teses foi justamente Russell em uma carta endereçada a Frege em fevereiro de 1903. Nesta carta, que na verdade contém comentários sobre *Über Sinn und Bedeutung*, Russell irá criticar tanto a doutrina fregeana dos valores de verdade, bem como a assimilação das sentenças aos nomes próprios. No seguinte trecho, lemos explicitamente o ponto de Russell (FREGE, 1980, p. 155-156):

Eu li seu ensaio *Über Sinn und Bedeutung*, mas ainda estou em dúvida sobre sua teoria dos valores de verdade, simplesmente porque ela parece paradoxal para mim. Eu acredito que um juízo, ou mesmo um pensamento, é algo tão inteiramente peculiar que a teoria dos nomes próprios não tem aplicação a ele.

Essa crítica de Russell ecoou na tradição e fixou-se como a base para as gerações futuras desafiarem a doutrina fregeana. Mas Burge (1986, p. 111) pensa, corretamente, que Russell foi levado a tomar tudo isso como paradoxal, pois não levou em conta a importância e o lugar que isso tem no sistema fregeano. Ao considerar valores de verdade como objetos, segundo Burge, temos avanços pragmáticos, os quais teriam sido enfatizados por Frege em vários momentos. As motivações para (c) e (d) estariam envolvendo simplificações na teoria lógica. A busca pela construção de tal teoria, que fosse estabelecida por meio de uma linguagem clara e o mais simples possível e que tornaria a prática matemática mais rigorosa, mais compreensível e menos *ad hoc*, seriam pontos a favor da concepção fregeana. Além do mais, tal concepção não daria um papel central a certas considerações derivadas de intuições metafísicas.

A assimilação de sentenças a termos singulares, a tese (c), está vinculada com a distinção que Frege faz entre objetos e funções. A visão fregeana consiste basicamente na ideia de que nenhum objeto é uma função e nenhuma função é um objeto. Segundo Burge (1986, p. 114), a construção de predicados como expressões funcionais é a base mais óbvia e amplamente aceita para a tese (c) e,

¹³ Contudo Russell (1910, apud BURGE 1986, P. 105-106) não concordou com a teoria fregeana dos valores de verdade como denotação das sentenças. Ele defendeu que existe uma variedade de diferentes tipos de denotação para as sentenças, ao invés de apenas valores de verdade. Russell falará em fatos, estados de coisas, proposições, etc.

consequentemente, para a tese (d). Na *Begriffsschrift* de 1879, Frege tomou predicados como sendo signos funcionais, sendo que, em seguida, adotou a ideia de que as funções eram as denotações dos predicados, ou seja, conceitos. Os objetos, nesse sentido, funcionariam como argumento para os conceitos de primeiro nível. Tais objetos, tomados do ponto de vista lógico, são completos ou, como Frege afirma, saturados. As funções, por serem insaturadas, necessitariam de complementação, necessitariam de um objeto que caísse sob o conceito. Contudo, as sentenças, devido ao fato de não serem expressões funcionais, não têm funções como denotação. Assim, decorre que termos singulares e sentenças, por serem saturados, só podem ter como denotação objetos, no caso das sentenças, valores de verdade¹⁴.

Com certeza, tal assimilação entre nomes e sentenças causa muita estranheza. Normalmente se toma esses dois tipos de expressões como tendo grandes diferenças em teorias semânticas, mas a razão principal para Frege tratar sentenças como nomes parece estar vinculado com seu programa logicista. Para a fundamentação da aritmética na lógica eram necessários objetos lógicos fundamentais e estes eram os valores de verdade. “Os valores de verdade eram os objetos lógicos básicos dos quais todos os outros seriam gerados” (BURGE, 1986, p. 122). Contudo, após o fracasso do programa logicista, Frege passou a dar menor importância aos valores de verdade.

Wolfgang Carl (1994) também discutirá de maneira detalhada a concepção fregeana de *Bedeutung*. Mas Carl optará por traduzir o termo como *referência*. A maior desvantagem citada na literatura contra a tradução de *Bedeutung* como *referência* é que tal tradução pode supor que haja uma relação semântica entre um nome e o objeto designado por ele. Mas, para Carl, isso não é um problema. O grande problema na tradução de *Bedeutung* consiste no fato de que os termos *Sinn* e *Bedeutung* são, em vários contextos, utilizados como sinônimos. Assim, a tradução de *Bedeutung* como *referência* parece, para Carl (1994, p. 115), ser inofensiva a respeito disso, além de ter se estabelecido na literatura.

A grande diferença entre a interpretação de Carl (1994) e a de Burge (1986) é que o primeiro defenderá que a distinção entre sentido e referência em Frege é o resultado de suas investigações sobre condições de conhecimento, ou seja, possui um fundo epistemológico. Visto que a filosofia fregeana buscava combater as teorias céticas, idealistas e empiristas, nada mais importante do que a análise da noção de verdade de uma maneira objetiva. O avanço do sentido de uma sentença

¹⁴ Na *Begriffsschrift*, diferentemente os valores não são valores de verdade, mas circunstâncias e até mesmo fatos.

ou pensamento para o seu valor de verdade é a expressão mais clara dos pressupostos epistemológicos da distinção entre sentido e referência. Sair do universo da ficção e adentrar no universo da ciência é a meta fregeana ao fazer a distinção. E isso necessita levar em conta a concepção de juízo defendida por Frege. Essa concepção, diferentemente da tradição, entenderá por juízo o reconhecimento da verdade de um pensamento. Uma explicação de juízo tem de aclarar a relação entre um pensamento e seu valor de verdade.

A noção de referência, segundo Carl (1994, p. 116), foi introduzida por Frege para estabelecer sua nova concepção de juízo. O valor de verdade de uma sentença passou a consistir em um dos componentes da noção de *conteúdo julgável*, encontrada na *Begriffsschrift*. Tal valor de verdade passou a ser a referência de tal conteúdo e de grande importância para a ciência. “A referência, portanto, demonstra ser, em todos os pontos, essencial para a ciência” (FREGE, 1979, p.123). Temos, com isso, uma atitude de investigação científica relacionada com o valor de verdade das sentenças. A referência das sentenças, para Carl (1994), e suas conexões com as noções de juízo e conhecimento fornecem a armação básica para a determinação da referência dos outros tipos de expressões.

Assim como o fez Burge (1986), Carl (1994, p. 120) também distinguirá entre certas teses ou afirmações relacionadas à teoria semântica das sentenças em Frege. Entretanto, Carl (1994) postulará cinco teses, muito semelhantes às teses encontradas por Burge (1986), a saber:

- I. O pensamento expresso por uma sentença é seu sentido.
- II. Sentenças podem ter referência.
- III. A referência de uma sentença é seu valor de verdade.
- IV. A sentença é um nome próprio.
- V. A referência de uma sentença é um objeto.

As afirmações I a III são, de acordo com Carl (1994), essenciais em *Über Sinn und Bedeutung* para efetuar a distinção entre sentido e referência no que diz respeito às sentenças assertivas e Frege estaria preocupado com sua justificação. Por outro lado, as teses IV e V estão associadas com sua teoria sobre as funções e, mesmo que Frege pense que elas se seguem das teses anteriores, para Carl (1994) isto não está justificado.

No geral, a apresentação realizada por Carl (1994) dos argumentos de Frege para essas teses em pouco se diferencia da apresentação de Burge (1986). Um ponto de desavença entre os dois autores é o fato de que, enquanto Burge (1986, p. 122) irá enfatizar que verdade e força assertiva são ideias primitivas em Frege e que ele não explica o valor da busca pela verdade, Carl (1994, p. 135) pensará que

Frege buscou dar uma explicação para isso. A preocupação com a verdade estaria ligada a uma preocupação com o conhecimento. Ao proferir uma sentença com força assertiva, há explicitamente a manifestação dessa preocupação. "... o uso assertivo das sentenças tem de estar conectado com nossa preocupação com o conhecimento" (CARL, 1994, p. 143).

Um ponto muito importante na reconstrução de Carl (1994) da concepção fregeana de *Bedeutung* (ou referência, no caso) diz respeito à importância primária dada às sentenças. A referência das sentenças funcionaria como uma espécie de quadro para a explicação da referência dos outros tipos de expressões, como nomes e termos conceituais. O fato de Frege ter partido da distinção entre sentido e referência, primeiramente no que tange aos nomes, parece ter confundido muitos intérpretes. A referência das expressões constituintes da sentença é explicada, segundo Carl (1994, p. 116), em termos da contribuição que estas expressões fazem para a referência da sentença na qual elas ocorrem. Dummett (1981) defendeu, baseado na apresentação fregeana, que a relação entre nomes e seus portadores funcionaria como um protótipo para a explicação dos outros tipos de expressões, inclusive sentenças assertivas. Para Carl (1994), isto não estaria correto, pois Dummett levaria em conta um realismo fregeano que, segundo ele, seria inexistente. Esse realismo, postulará que existe um mundo independente da mente, sendo que é em virtude de como as coisas são neste mundo que aquilo que dizemos é verdadeiro ou falso. Esse 'mundo real' objetivo é chamado reino da *Bedeutung* e teria como constituintes valores de verdade. Carl (1994, p. 126-127) não aceita isso, pois, segundo ele, as referências de nossas palavras não pertencem a este 'mundo real', entendido conforme o realismo. Não há uma boa razão para comprometer Frege com essa posição metafísica.

Para esclarecer isso, parto para a apresentação da interpretação de Dummett em *The Interpretation of Frege's Philosophy* (1973) e *Frege: Philosophy of Language* (1981).

3. A INTERPRETAÇÃO DE DUMMETT DE *BEDEUTUNG* EM FREGE

Michael Dummett, em *Frege: Philosophy of Language* (1973) e em *The Interpretation of Frege's Philosophy* (1981) também irá discutir detalhadamente a concepção fregeana de *Bedeutung*. Nestes livros Dummett traduzirá o termo *Bedeutung* por referência.

Para Dummett (1973, p. 81), Frege não estava satisfeito com o modo como a lógica lidava com a linguagem e, assim ele procurou dar um tratamento mais geral

a ela, não apenas aquele necessário às teorias matemáticas. Frege preocupou-se com o funcionamento da linguagem e isto, de acordo com Dummett (1973, p. 83), dará origem a sua teoria do significado (*theory of meaning*). Essa teoria do significado seria constituída por três ingredientes principais, a saber: sentido (*sense*), tom (*tone*) e força (*force*), mas não pela noção de referência.

Tal noção é requerida em Frege somente quando a noção de verdade está em jogo. Quando necessitamos determinar o valor de verdade de uma sentença, faz-se necessário a referência dos termos que a constituem. Se a referência fosse um constituinte do significado, então o sentido de uma palavra seria determinado por ela e nada mais seria preciso para definir o valor de verdade das sentenças nas quais a palavra ocorre. Palavras com a mesma referência teriam que ter o mesmo sentido e isso é absolutamente absurdo para Frege. De qualquer modo, Dummett (1973, p. 93) afirmará que, mesmo não sendo um constituinte da teoria do significado, a noção de referência desempenha um papel vital na teoria.

Na mesma linha de Burge (1986) e Carl (1994), Dummett (1973) também identifica uma série de teses relacionadas à concepção fregeana de *Bedeutung*. A fim de não as repetir, atentar-se-á à tese de que valores de verdade são os referentes das sentenças. Segundo Dummett (1973, p. 183), a relação entre uma sentença e seu valor de verdade pode ser analisada de duas maneiras: ou é a *mesma* relação que a tida entre nomes e seus portadores ou é *análoga* a ela. Todavia, enquanto um objeto, o referente de um nome, é algo saturado ou completo, uma sentença é uma expressão que é, como diz Dummett, pré-eminentemente completa, ela é formada a partir da complementação de uma expressão incompleta, ou seja, uma função. Com isso, poder-se-ia inferir que sentenças e nomes são de diferentes tipos lógicos. “Nomes próprios e sentenças, apesar de serem ambas expressões completas no sentido fregeano, obviamente funcionam de diferentes maneiras” (DUMMETT, 1973, p. 183). Nesse sentido, se nomes e sentenças forem de diferentes tipos lógicos, seus referentes, os objetos e os valores de verdade, também teriam de ser construídos por Frege como sendo de diferentes tipos lógicos. Assim a relação entre eles seria apenas análoga.

Contudo, ao se assumir que sentenças são um tipo especial de nome, um nome próprio complexo, e que os valores de verdade são objetos, poderíamos reconhecer a relação tida entre eles como sendo a mesma. A relação entre um nome e seu portador seria, desse modo, tomada como um protótipo para a relação entre os outros tipos de expressões e suas referências. E parece que é exatamente isso que Frege faz em *Über Sinn und Bedeutung*.

A tese de que valores de verdade são os referentes das sentenças e que eles são tomados como objetos constitui, para Dummett (1973, p. 183), uma grande simplificação na ontologia fregeana. Entretanto, tal posição dá origem a uma análise da linguagem um tanto quanto implausível. Sentenças seriam um caso especial de nomes próprios e os valores de verdade seriam casos especiais de objetos. Igualmente, predicados e expressões relacionais seriam casos especiais de expressões funcionais e os conceitos e relações, casos de funções. Para Dummett (1973, p. 184), a assimilação de sentenças a nomes próprios tem um efeito fatal na teoria fregeana do significado, além de ter efeitos desastrosos em sua filosofia da linguagem. Como diz Dummett (1973, p. 196), o fato de sentenças serem tomadas simplesmente como casos de nomes próprios faz com que os objetos o Verdadeiro e o Falso, os referentes das sentenças, não tenham nenhuma característica especial frente aos outros objetos lógicos. Eles seriam apenas dois objetos no meio de um universo vasto de objetos e, conseqüentemente, não haveria nada único sobre sentenças. Outro problema grave identificado por Dummett (1973, p. 644-645) é que tal doutrina tem como efeito o abandono do princípio de contexto apresentado por Frege nas *Grundlagen der Arithmetik*. O fato de sentenças serem do mesmo tipo lógico de nomes próprios implica que o sentido das outras expressões não pode consistir na contribuição que eles fazem para a determinação do sentido das sentenças na qual eles ocorrem.

A partir disso, Dummett introduz uma ideia, que foi alvo das críticas de Sluga (1975), principalmente, e também de Carl (1994), de que existe um componente ou um ingrediente realista na teoria fregeana da referência. Tal ingrediente realista estaria relacionado com a ideia de que a relação nome/portador (*the "name/bearer relation"*) serviria como um protótipo para a explicação da relação de referência em geral e, também, com uma tese, introduzida por Dummett, de que a concepção de referência deve ser concebida como papel semântico (*semantic role*). A noção de papel semântico pode ser definida em termos da contribuição que uma expressão faz para a determinação do valor de verdade de uma sentença na qual ela ocorre. Assim, para Dummett (1973, 1981), a concepção fregeana de *Bedeutung* teria dois elementos básicos: a relação nome/portador como protótipo e a noção de papel semântico.

O matiz realista da concepção de referência em Frege conceberá que a referência de uma expressão é seu correlato extralinguístico no mundo real, ou, como Dummett (1973, p. 197) também fala, no reino da *Bedeutung*. Isso está vinculado com a ideia de que toda vez que utilizamos um nome existe algo objetivamente do qual estamos falando. Tal realismo de Frege teria como alvo o

idealismo dominante na filosofia alemã no período (ver cap.2.2). A referência das expressões não poderia ser confundida com elementos psicológicos. Dummett (1973, p. 197-198) exemplifica isso na seguinte passagem:

Quando digo “Mont Blanc é a maior montanha da Europa”, é, ele (Frege) diz, da montanha atual com a neve e o gelo que estou falando, não de alguma representação mental da montanha; e ele adiciona, em outro lugar, é se esse objeto cai ou não sob o conceito ‘maior montanha da Europa’ – um conceito que faz parte do mundo real, do reino da referência, como é a montanha em si mesma – que determina se o que eu estou falando é verdadeiro ou falso. Não pode ser que, quando estou falando de um objeto atual no mundo real, apenas consigo falar de alguma representação dele; pois, se necessário, posso especificar que pretendo referir ao objeto atual, dizendo, por exemplo, ‘Eu quero dizer a montanha real, não a representação dela’.

Entretanto, Sluga (1975) atacará fortemente essa interpretação realista. Em meio a uma avalanche de críticas a *Frege: Philosophy of Language*, Sluga (1973) tomará uma posição interpretativa completamente diferente da de Dummett. Para Sluga (1975, p. 474), em primeiro lugar, as motivações de Frege eram, antes de qualquer coisa, vinculadas com problemas de filosofia da matemática e não com a construção de uma teoria do significado. O ponto de partida de Frege, relacionado a questões da matemática, não era somente um ponto de partida histórico, mas algo que permeou toda sua obra. As preocupações de Frege com questões da chamada teoria do significado foram devidas inteiramente a questões de filosofia da matemática. Assim, a distinção entre sentido e referência (Sluga também opta por traduzir *Bedeutung* por *referência*) deveria ser tomada no contexto epistemológico.

Segundo Sluga (1975, p. 477), obviamente há um contraste entre realismo e idealismo, contudo Dummett dá uma variedade de interpretações pouco clara sobre o pretense realismo fregeano e, adicionalmente, atribui uma série de considerações ontológicas ao pensamento de Frege bastante controversas. De acordo com Sluga (1975, p. 477), Frege parece, ao longo de seus escritos, muito mais preocupado com questões epistemológicas que dizem respeito à natureza e ao status das verdades matemáticas do que com a construção de uma ontologia. Frege estaria, assim, na esteira de uma tradição kantiana.

Outro ponto salientado por ele é que Frege, em oposição ao que diz Dummett (1973, p. 644-645), não abandona o princípio de contexto. Nas *Notes for Ludwig Darmstaedter* de 1919 (Frege, 1979 p. 253), segundo Sluga (1975, p. 476), há evidências de que Frege manteve o princípio em questão. Além disso, as afirmações de que sentenças são nomes próprios e de que os significados das sentenças são primários, são absolutamente incompatíveis, e isso descaracterizaria a plausibilidade da interpretação de Dummett.

Em *The Interpretation of Frege's Philosophy* de 1981, capítulo 7, Dummett irá retomar e desenvolver alguns pontos que ficaram um pouco obscuros na obra anterior. Mas, na maior parte do tempo, ele se preocupará em rebater tanto as críticas construídas por Sluga (1975), assim como as críticas de Tugendhat (1970, 1998), as quais serão expostas a seguir.

Com respeito a Sluga, Dummett (1981, p. 152) é bastante superficial e pouco claro na resposta às críticas construídas pelo primeiro. Sluga (1975) não aceita o suposto realismo fregeano defendido por Dummett e, conseqüentemente, discorda da relação nome/portador como protótipo, visto que ela consiste num desdobramento do pretense realismo. Sluga (1975, p. 477-478) pensa que atribuir a Frege esse realismo é ignorar o contexto histórico da filosofia dele. Frege tinha como objetivo dar uma resposta acerca da natureza das verdades matemáticas, tinha um empreendimento epistemológico, portanto. A resposta dada por Dummett (1981, p. 152) baseia-se na ideia de que Sluga assimilou os dois elementos anteriormente citados, constituintes da concepção fregeana de *Bedeutung*, como sendo somente um. A noção de papel semântico seria uma noção distinta da relação nome/portador como protótipo, as quais Sluga teria tomado como virtualmente idênticas e incompatíveis. De qualquer maneira, Dummett (1981) prioriza bastante a discussão com Tugendhat. Por tal motivo, apresento agora a interpretação, que pode ser chamada de interpretação 'revisionista' do conceito de *Bedeutung* em Frege, realizada por Tugendhat.

4. A INTERPRETAÇÃO 'REVISIONISTA' DE TUGENDHAT: *BEDEUTUNG* COMO *SIGNIFICÂNCIA*

Ernst Tugendhat (1998), no artigo *El significado de la expresión "Bedeutung" em Frege*¹⁵, resultado de uma conferência apresentada em Oxford em 1969, afirma explicitamente que a tradução de *Bedeutung* por *referência* é defeituosa. Esta tradução, segundo Tugendhat, faz supor que Frege entendeu por *Bedeutung* de uma expressão o objeto designado por ela, mas isso não pode estar correto, pois Frege fala, no escrito póstumo *Ausführungen über Sinn und Bedeutung*, de *Bedeutung*¹⁶ não somente no caso de nomes e sentenças, mas também de predicados. Não obstante, diferentemente de nomes e sentenças, predicados não designam objetos.

¹⁵ No original de 1970 *The Meaning of Bedeutung in Frege*.

¹⁶ Paulo Alcoforado, na tradução brasileira deste texto, opta por 'Digressões sobre o Sentido e a Referência'. Já na tradução inglesa dos *Nachgelassene Schriften* (Escritos Póstumos), encontra-se 'Comments on Sense and Meaning'.

Assim, Tugendhat defende o uso de uma terminologia diferente. No seu uso corrente, *Bedeutung* corresponde ao que alguns autores traduziram para o inglês como *meaning*, ou seja, *significado*. Mas também é possível, em vários contextos, traduzir o termo como *importância* ou *significância/significação*. Para Tugendhat (1998, p. 144), Frege evidentemente não entendeu por *Bedeutung* o que a palavra significa nos contextos semânticos correntes, mas sim o seu segundo sentido, *significância*. Este termo engloba tanto a noção utilizada nas traduções de *Bedeutung* como *meaning*, bem como a noção de *importância*. Além disso, segundo Tugendhat (1998, p. 144), ela está relativamente livre de certas associações determinadas na teoria semântica.

Contudo, a partir disso, ele procura construir uma interpretação que consiga dar uma explicação unitária do que Frege quer dizer com significação, que seja aplicável aos vários tipos de expressões – nomes, sentenças e predicados –, e que não traga as dificuldades provenientes do uso da noção de referência. Para tanto, baseado em Rudolf Carnap, parte da análise da possibilidade de se abordar a noção de significância num sentido próximo ao de extensão. Se assim fosse, esta posição não implicaria necessariamente, exceto no caso dos nomes, que a extensão devesse ser um objeto. Duas sentenças teriam a mesma extensão caso tivessem o mesmo valor de verdade, dois nomes, caso designassem o mesmo objeto. Entretanto, mesmo indo na direção certa, esta alternativa não satisfaz Tugendhat (1998, p. 146), pois a expressão ‘extensão’ se define diferentemente com respeito aos nomes, sentenças e predicados.

Por conseguinte, para explicitar a noção de significação, Tugendhat (1998, p. 147) propõe o termo técnico *potencial de valor de verdade*, o qual é, em certos aspectos, uma espécie de equivalência extensional e corresponde, segundo ele, ao que Dummett (1973, 1981) denominou *papel semântico*. Dois nomes ‘a’ e ‘b’ têm o mesmo potencial de valor de verdade quando cada um é, nas palavras de Tugendhat (1998, p.148), ampliado/estendido a uma sentença por meio da mesma expressão e ambas as sentenças resultantes têm o mesmo valor de verdade. ‘A estrela da Manhã’ e ‘A estrela da Tarde’, por exemplo, têm o mesmo potencial de valor de verdade, pois ao serem inseridas em uma função como ‘x é um corpo iluminado pelo Sol’, trarão como resultado duas sentenças com o mesmo valor de verdade. Essa definição pode ser expandida também para sentenças e predicados, entretanto, sentenças que têm o mesmo potencial de valor de verdade simplesmente têm o mesmo valor de verdade.

A explicação de Tugendhat (1998) tem duas importantes vantagens. A primeira delas é a importância central dada às sentenças. A unidade semântica

primária, na sua análise, não é um nome, mas sim uma sentença. E isso é confirmado em várias passagens da obra de Frege (1987, p. 23) onde há a postulação do princípio de contexto, o qual sustenta que um nome somente obtém significado no contexto de uma sentença. Assim, para Tugendhat (1998, p.150), Frege procedeu de maneira inversa na apresentação da sua teoria da *Bedeutung* e isto deve ter sido a razão principal para utilizar a terminologia dos nomes para a significação das sentenças, o que acarretou as conseqüentes confusões na interpretação. De acordo com o princípio de contexto, há uma conexão funcional entre a parte e o todo. A parte, no caso um nome, somente pode ser definido com base na função que ele desempenha no todo, isto é, na sentença. Com isso, a interpretação de *Bedeutung* como significação e, conseqüentemente, como potencial de valor de verdade lança luz sobre a natureza das sentenças e sua composição, coisa que a interpretação como referência não faz adequadamente. A interpretação de Tugendhat (1998), desse modo, torna desnecessário assimilar sentenças a nomes próprios.

A segunda vantagem desta análise é no tratamento dado aos predicados. Frege defende que predicados também possuem uma *Bedeutung*, sendo a *Bedeutung* de um predicado um conceito. Entretanto em *Über Begriff und Gegenstand*, ele faz uma distinção entre conceito e objeto, defendendo que, em nenhuma circunstância, as duas noções devem ser confundidas. Isso cria uma grande dificuldade, portanto, ao se aplicar aos predicados o mesmo que foi aplicado aos nomes e sentenças. Um conceito não é um objeto e, assim, a consequência óbvia é que a referência de um predicado não pode ser um objeto. Mas isso não ocorre ao se falar em significação. Dois predicados têm o mesmo potencial de valor de verdade se tiverem a mesma extensão e as sentenças na qual eles ocorrem tiverem o mesmo valor de verdade.

Dummett (1973), entretanto, fará várias críticas a esta nova tentativa de Tugendhat de explicar o conceito fregeano de *Bedeutung*. Para Dummett (1973, p. 199), a proposta de Tugendhat de explicar referência, na sua terminologia, por meio de potencial de valor de verdade deixa de lado a relação nome/portador como protótipo e apresenta a concepção de referência somente como papel semântico. O potencial de valor de verdade de uma expressão seria tão somente o papel semântico que esta expressão desempenharia, isto é, sua contribuição para a determinação do valor de verdade da sentença na qual ela ocorre.

Dois problemas rapidamente suscitados por Dummett (1973) contra a interpretação de Tugendhat são que: 1) em primeiro lugar, tal interpretação contravém o realismo de Frege, deixando a explicação de *Bedeutung* num âmbito

puramente semântico. O fato de Tugendhat (1998) negar a relação nome/portador como protótipo implicará uma negação da tese central do realismo fregeano. Tal interpretação “despiu a noção de referência do caráter de ser uma *relação* com algo extralinguístico” (DUMMETT, 1973, p. 200). A relação de referência tornar-se-ia simplesmente uma relação entre expressões; 2) em segundo lugar, Tugendhat não dá, na opinião de Dummett (1973, p. 199), uma explicação razoável e clara daquilo que realmente é o chamado potencial de valor de verdade.

Além disso, as pretensas vantagens da interpretação de *Bedeutung* como potencial de valor de verdade não seriam tão vantajosas como pensou Tugendhat (1998). A desnecessária assimilação de sentenças a nomes, por exemplo, não é uma vantagem desta interpretação, pois o próprio Dummett (1973, p. 200) reconhece que a suposição de que valores de verdade são objetos não passaria de uma afirmação arbitrária de Frege. Outra crítica a Tugendhat consiste no fato de que a noção de referência posta por Dummett (1973, 1981) é mais básica do que a noção de papel semântico ou a noção de potencial de valor de verdade de Tugendhat. Papel semântico é apenas um constituinte da noção de referência em Frege.

Tugendhat (1998, p. 158), no *Postscriptum* de 1975, rebaterá as críticas de Dummett (1973) afirmando que a tese central de seu artigo não foi rebatida em *Frege – Philosophy of Language*, ao contrário, parece ter sido confirmada. A busca por uma explicação unitária do conceito de *Bedeutung* em Frege aplicável a todos os três tipos de expressões – nomes, sentenças e predicados – somente pode ser alcançada por meio da inserção da noção de potencial de valor de verdade, a qual corresponde ao que Dummett (1973, 1981) chama papel semântico. A principal crítica de Dummett (1973, p. 200) a Tugendhat consistiria na tese de que a interpretação de *Bedeutung* como significação e, conseqüentemente, como potencial de valor de verdade, iria na contramão do realismo fregeano, pois esta interpretação ignora a relação nome/portador como protótipo.

Entretanto Tugendhat (1998, p. 160) discorda totalmente disso. Segundo ele, se tomarmos o realismo de Frege como concebendo que as sentenças são verdadeiras ou falsas independentemente da questão de se podemos reconhecer sua verdade, então a tese de que as sentenças são primárias com respeito aos nomes não contravém de forma alguma o realismo entendido desta maneira. A decisão de se uma sentença é verdadeira não é algo extralinguístico. Além disso, a própria relação nome/portador como protótipo permite uma interpretação tanto realista como idealista. Sem contar que tal relação supõe que os predicados e seus referentes devam estar em uma condição semelhante aos nomes e seus portadores. Essa pretensa relação análoga não fica nada clara em Frege com

respeitos aos predicados e, na reflexão de Dummett, segundo Tugendhat (1998, p. 162), falta uma explicação sobre isso. A conclusão do *Postscriptum* de Tugendhat (1998) é que a relação nome/portador como protótipo é uma explicação insustentável para a compreensão da significação dos outros tipos de expressões. As noções de potencial de valor de verdade ou papel semântico em Dummett, por outro lado, teriam sucesso no esclarecimento da questão.

Uma coisa precisa ser levada em conta, contra as interpretações de Carl (1994), Sluga (1975) e Tugendhat (1998), os quais negam o realismo de Frege. Uma interpretação realista de Frege está muito mais próxima de uma interpretação fiel de seus textos. Evidentemente, não se pode negar que ele tem preocupações epistemológicas. Inclusive, o contexto da identificação entre fatos e pensamentos verdadeiros se dá em um contexto epistêmico. Apesar disso, encontramos várias passagens de Frege (1979, p. 3, 127, 134, 137, 148, 206, 1997, p. 157-15, 337) onde ele defende que pensamentos, funções, números, valores de verdade, etc. são independentes da mente daquele que os apreende. Nesse sentido, parece correto dizer Frege postula um realismo, mesmo que isso não implique um realismo ontológico platônico. E, esse realismo, está associado também à concepção de *Bedeutung*. O Verdadeiro, por exemplo, faz parte do terceiro reino, sendo, portanto independente da mente. É verdade que Frege busca, em oposição ao empirismo e ao idealismo, provar a objetividade que certas noções possuem, mas isso pode, tranquilamente ser associado a um realismo. Além disso a interpretação de Dummett de *Bedeutung* como sendo, por um lado, papel semântico e, por outro lado, um protótipo para a explicação da *Bedeutung* de outras expressões parece bastante plausível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gottlob Frege teve grande influência no desenvolvimento da filosofia contemporânea, principalmente nas discussões centrais da Filosofia Analítica da Linguagem. Porém, mesmo com toda influência e repercussão de sua obra, como visto, conceitos centrais, tais como *Bedeutung*, trazem dificuldades exegéticas significativas. O debate em torno da concepção fregeana de *Bedeutung* diz respeito também a interpretações e comprometimentos com determinadas abordagens acerca da filosofia de Frege. Se Frege for entendido enquanto um realista (ontológico), como leituras tradicionais o fazem, então abordagens como as de Dummett ganham respaldo. Porém, o princípio fregeano do contexto faz supor que partir da *Bedeutung* de nomes próprios em direção à *Bedeutung* de sentenças é implausível. A *Bedeutung*, assim como o sentido (*Sinn*) de uma

expressão, é dada a partir do contexto de uma sentença assertiva completa. Nomes próprios somente têm sentido e *Bedeutung* no contexto da sentença.

A proposta do artigo, embora não seja dar uma resposta definitiva à problemática, focou em mapear, discutir e explicitar toda a dificuldade encontrada na literatura secundária de Frege sobre a questão. Entre os leitores não especializados de Frege popularizou a ideia de se falar em *referência*, porém tal uso, sem um conjunto de justificativas adequadas, pode ser altamente enganador e até mesmo errôneo.

REFERÊNCIAS

BURGE, T. Frege on Truth. In: *Frege Synthesized: Essays on the Philosophical and Foundational Work of Gottlob Frege* (Synthese Library). Ed. by L. Haaparanta and J. Hintikka. Dordrecht: Reidel Publishing Company, 1986, p. 97- 154.

CARL, W. *Frege's Theory of Sense and Reference. Its Origins and Scope*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

CHATEAUBRIAND, O. *Logical Forms. Part I – Truth and Description*. Campinas: Unicamp, 2001.

CHURCH, A. *Introduction to Mathematical Logic*. Princeton: Princeton University Press, 1956.

DAVIDSON, D. *Inquiries Into Truth and Interpretation*. Oxford: Clarendon Press, 1984.

_____. True to the Facts. *The Journal of Philosophy*, vol. 66, Nº 21, 1969, p. 748-764.

DRAI, D. The Slingshot Argument: An Improved Version. *Ratio* (new series) XV 2 June 2002, p. 194-204.

DUMMETT, M. *The Interpretation of Frege's Philosophy*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.

_____. *Frege. Philosophy of Language*. London, Harper and Row, 1973.

FREGE, G.. The Thought. *The Frege Reader*. Ed. by M. Beaney. Oxford: Blackwell, 1997, 325-345.

_____. *The Frege Reader*. Ed. by M. Beaney. Oxford: Blackwell, 1997.

_____. *Posthumous Writings*. Ed. por H. Hermes, F. Kambartel e F. Kaulbach, e trad. por P. Long and R. White, Oxford: Basil Blackwell. Trad. inglesa de G. Frege, *Nachgelassene Schriften und Wissenschaftlicher Briefwechsel*, Band 1, ed. por H. Hermes, F. Kambartel e F. Kaulbach, Hamburg: Meiner, 1979.

_____. *Kleine Schriften*. Ed. By I. Angelelli, second edition. Hildesheim: Olms, 1990.

_____. *Collected Papers on Mathematics, Logic and Philosophy*. Ed. by Brian McGuinness. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

_____. *Philosophical and Mathematical Correspondence*. Ed. by McGuinness and Kaal. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

_____. *Frege's Lectures on Logic: Carnap's Student Notes. 1910-1914*. Trad. e editado por Erich H. Reck e Steve Awodey; baseado no texto alemão, editado com introdução e anotação de Gottfried Gabriel. Chicago: Open Court Publishing Company, 2004.

_____. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. *The Basic Laws of Arithmetic. Exposition of the System*. Trad. Montgomery Furth. Los Angeles: University of California Press, 1964.

_____. *Os Fundamentos da Aritmética*. Uma Investigação Lógico-Matemática sobre o Conceito de Número. Trad. Luís Henrique dos Santos. In. Frege/Peirce: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. *Die Grundlagen der Arithmetik*. Stuttgart: Reclams Universal, 1987.

_____. *Gottlob Freges Brietwechsel mit D. Hilbert, E. Husserl, B. Russell, sowie ausgewählte Einzelbriefe Freges*. Ed. by G. Gabriel, H. Hermes, C. Thiel, & A. Veraart. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1976.SL

KRÜGER, L. Has the Correspondence Theory of Truth Been Refuted? From Gottlob Frege to Donald Davidson. *European Journal of Philosophy*, 3:2, 1995, p. 157-173.

SLUGA, H. *Gottlob Frege. The Arguments of the Philosophers*. London and New York, 1980.

_____. Frege as a Rationalist. In. Schirn (Org.) *Studien zu Frege*. Vol. 1, 1973, p. 27-47.

_____. Frege and the Rise of Analytic Philosophy. *Inquiry*, 18, 1975, 471-498.

SOAMES, S. *Understanding Truth*. New York: Oxford University Press, 1998.

TUGENDHAT, Ernst. El significado de la expresión "Bedeutung" en Frege. In: *Ser, Verdad, Acción: Ensayos Filosóficos*. Barcelona: Gedisa, 1998.

_____. The Meaning of "Bedeutung" in Frege. *Analysis*, vol. 30, 1970, p. 177-189.